



GESTÃO CONTÁBIL e FINANCEIRA **nas organizações:** tendências e perspectivas

Ana Carolina Vasconcelos Colares
(Organizadora)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Prof.º Ma. Ana Carolina Vasconcelos Colares

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de
Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos
Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Silvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

G3937 Gestão contábil e financeira nas organizações: tendências e perspectivas [recurso eletrônico]. / Ana Carolina Vasconcelos Colares (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 208 p. – ISBN 978-65-88580-62-2

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
DOI 10.47573/aya.88580.2.40

1. Contabilidade. I. Colares, Ana Carolina Vasconcelos. II. Título

CDD: 657

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação 8

01

Percepção dos peritos contadores sobre o exame de qualificação técnica para peritos contábeis..... 9

Tiago de Moura

Manoel Francelino dos Santos filho

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.1

02

Nível de disclosure das fundações de Minas Gerais e sua relação com área de atuação e características econômico-financeiras 22

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Danusa Guedes

Letícia Ferry Canedo

Lucineia de Cassia Barbosa Gomes

Edna Gomes de Freitas Araujo

Neusa Aline Aparecida Sales Barros

Jessica Francisca Dutra

Wellington de Almeida Alkmin

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.2

03

Paradigma da contabilidade em tempos de pandemia: uma análise do processo de adaptação dos escritórios de contabilidade à nova realidade 38

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Brenda Langsdorff Rodrigues

Daniel Destro

João Carlos Oliveira Mota

Milca Gregório Toledo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.3

04

Percepção dos contadores diante dos desafios profissionais: uma análise do ensino e mercado de trabalho em perícia contábil 56

Sara Cristina Cupertino Silva

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.4

05

Nível de governança corporativa e seu reflexo no desempenho de clubes das séries A, B e C do campeonato brasileiro..... 74

Antônio Jefferson de Sousa Rebouças

Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro Maia

Alessandra Carvalho de Vasconcelos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.5

06

A contribuição do núcleo de apoio contábil e fiscal para construção da cidadania 93

Poliana Kelly Maria da Silva

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.6

07

Inserção do jovem no mercado de trabalho da contabilidade: análise entre a perspectiva empregatícia e a percepção do jovem universitário..... 112

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Adriana Buratto de Mello

Aparecida Braz de Freitas Paiva
Júnia Darc Oliveira
Rosângela Alves de Oliveira Queiroz
Sâmia Ladeira Abud
Janine Meira Souza Koppe Eiriz
Joice de Barros Pereira Costa
Tancredo Vieira Angra da Silva
Thiago Baratho Beato

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.7

08

**Determinantes da (in)eficiência de 91 clubes ranqueados
no club world ranking 2017-2018..... 132**

Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro Maia
Vanessa Ingrid da Costa Cardoso
Robson Luis Batista Ramos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.8

09

**Enquadramento tributário de uma cooperativa
do agronegócio da região metropolitana de Belo
Horizonte..... 149**

Edna Cristina Bernardo Dutra
Marcela Caroline Santos Peixoto
Simone Cristina Pasqui
Alex Magno Diamante
Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.9

10

As certificações contábeis e as competências profissionais no Brasil 164

Aline Vaz de Oliveira

Bruna Mara de Oliveira

Dayanne Alves dos Santos

Jéssica Menezes Reis

Raphaela Maria Nunes Belarmino de Almeida

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.10

11

Competências profissionais na perspectiva dos profissionais da área contábil..... 187

Ana Paula Ferreira Gonçalves Moreira

Daniela Corrêa de Oliveira

Mariana Costa Nogueira

Ronan Fonseca Fideles

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.11

Índice Remissivo 201

Organizadora 207

Apresentação

Apresentar um livro é sempre uma alegria e ao mesmo tempo um desafio que se apresenta, principalmente por nele conter tanto de cada autor, de cada pesquisa, suas aspirações, suas expectativas, seus achados e o mais importante de tudo a disseminação do conhecimento produzido cientificamente.

A gestão contábil e financeira nas organizações nesta coletânea abrange diversas temáticas contábeis aplicadas a entidades, tais como fundações, escritórios de contabilidade, cooperativas, entidades desportivas, e, também a profissionais, como peritos, contadores e auditores, refletindo a percepção de vários autores.

Portanto, a organização deste livro é resultado dos estudos desenvolvidos por diversos pesquisadores e que tem como finalidade ampliar o conhecimento aplicado à área de contabilidade evidenciando o quão presente ela se encontra em diversos contextos organizacionais e profissionais, em busca da disseminação da ciência contábil e do aprimoramento das competências do profissional contador.

Este volume traz onze (11) capítulos com as mais diversas temáticas e discussões, as quais mostram cada vez mais a necessidade de enxergar a gestão contábil e financeira nas organizações. Os estudos abordam discussões no âmbito das entidades sobre o disclosure de informações contábeis, o planejamento da gestão tributária, desempenho econômico-financeiro, estrutura de governança corporativa e impactos da pandemia nas organizações contábeis. Sob o prisma dos profissionais, se destacam as contribuições quanto ao mercado de trabalho, as competências técnicas, exames de qualificação técnica e o contador na construção da cidadania.

Por esta breve apresentação percebe-se o quão diverso, profícuo e interessante são os artigos trazidos para este volume, aproveito o ensejo para parabenizar os autores aos quais se dispuseram a compartilhar todo conhecimento científico produzido.

Convido-os, portanto a adentrar nesse mundo que traz uma contribuição relevante e que reforça a importância da contabilidade para a gestão das organizações e para a transparência de informações relevantes aos diversos *stakeholders*.

Boa leitura!

Prof.ª Ma. Ana Carolina Vasconcelos Colares

02

Nível de disclosure das fundações de Minas Gerais e sua relação com área de atuação e características econômico-financeiras

Disclosure level of Minas Gerais foundations and their relationship with area of operation and economic-financial characteristics

Ana Carolina Vasconcelos Colares

*Doutoranda e Mestra em Controladoria e Contabilidade pela UFMG.
Professora Assistente do Departamento de Contabilidade da PUC MG*

Danusa Guedes

Graduanda em Ciências Contábeis-PUCMinas

Letícia Ferry Canedo

Graduada em Ciências Contábeis-PUCMinas

Lucineia de Cassia Barbosa Gomes

Graduanda em Ciências Contábeis-PUCMinas

Edna Gomes de Freitas Araujo

Graduanda em Ciências Contábeis-PUCMinas

Neusa Aline Aparecida Sales Barros

Graduada em Ciências Contábeis-PUCMinas

Jessica Francisca Dutra

Graduanda em Ciências Contábeis-PUCMinas

Wellington de Almeida Alkmin

Graduando em Ciências Contábeis-PUCMinas

DOI: 10.47573/aya.88580.2.40.2

Resumo

O terceiro setor é representado pelas instituições sem fins lucrativos, que prestam serviços de cunho social e interesses públicos. Por fazerem ações de interesse público, é esperado que estas entidades tenham um elevado nível de transparência em suas demonstrações contábeis e que disponibilizem estas para o público externo. Dado esse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar o nível de disclosure das demonstrações contábeis de 2019 das fundações de Minas Gerais na ótica da Interpretação Técnica Geral 2002 (ITG 2002) e analisar se o nível de disclosure está relacionado às suas áreas de atuação e características econômico-financeiras. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma busca de websites e demonstrativos contábeis de 643 fundações das áreas de saúde, educação e pesquisa, cultura e assistência social, conforme levantamento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (2021). O nível de disclosure de cada entidade foi obtido pela porcentagem de itens divulgados com base numa lista de 10 divulgações específicas para terceiro setor citadas na ITG 2002. O nível de disclosure encontrado para as 41 entidades que possuíam os demonstrativos de 2019 disponíveis em seus websites foi de 55%, sendo que a área de saúde e educação foram as que mais tinham adequação a estas evidenciações contábeis. Não foram encontradas correlações entre o nível de disclosure e as características econômicas-financeiras de cada fundação, como porte e a origem da receita. Os resultados sugerem que a área de atuação e a obtenção de receita por convênios podem determinar o maior nível de disclosure.

Palavras-chave: terceiro setor. transparência. disclosure

Abstract

The third sector is represented by non-profit institutions, which provide services of a social nature and public interests. Since they take actions of public interest, it is expected that these entities have a high level of transparency in their financial statements and that they make them available to the external public. In this context, the present work aims to verify the disclosure level of the 2019 financial statements of the Minas Gerais foundations from the perspective of the General Technical Interpretation 2002 (ITG - Interpretação Técnica Geral 2002) and to analyze whether the disclosure level is related to their areas of activity and economic-financial characteristics. Thus, a search was conducted using websites and accounting statements of 643 foundations in the areas of health, education and research, culture and social assistance, according to a survey by the Public Ministry of the State of Minas Gerais (2021). The level of disclosure of each entity was obtained by the percentage of items disclosed based on a list of 10 specific disclosures for the third sector mentioned in ITG 2002. The level of disclosure found for the 41 entities that had the 2019 statements available on their websites was of 55%, and the health and education areas were the most adequate to these accounting disclosures. No correlations were found between the disclosure level and the economic-financial characteristics of each foundation, such as size and revenue origin. The results suggest that the area of activity and obtaining revenue through agreements can determine the highest level of disclosure.

Keywords: third sector. transparency. disclosure

INTRODUÇÃO

Atualmente, existem três setores distintos de como as pessoas jurídicas podem atuar no desenvolvimento de atividades sociais e econômicas no Brasil, o primeiro, o segundo e o terceiro setor (ALVEZ e BONHO, 2019).

O Primeiro Setor é representado pelo Estado tendo como uma das principais características a relação aos recursos que são oriundos principalmente de tributos arrecadados. Portanto, a aplicação desses recursos deve ser direcionada integralmente na infraestrutura, no bem-estar da sociedade e demais funções pertinentes ao Estado. O Segundo Setor é composto por empresas privadas, com finalidade lucrativa. Quanto aos recursos, esses são oriundos da própria atividade ou operação. A aplicação do seu resultado, ou seja, do lucro do exercício, deve observar a legislação pertinente quanto à sua distribuição. Por fim, o Terceiro Setor representado pelas organizações sem fins lucrativos, de caráter não governamental que conta com participação voluntária e contribuir com práticas de filantropia e cidadania (ALVEZ e BONHO, 2019). O terceiro setor surgiu para cobrir uma lacuna existente entre o primeiro e segundo setor (ZITTEI *et al.*, 2016)

O terceiro setor pode ser visto como uma conjunção do primeiro e do segundo setor, pois as entidades que compõem o terceiro setor possuem características tanto do Estado quanto do mercado (SLOMSKI *et al.*, 2012). As organizações do terceiro setor (OTS) possuem papel relevante na sociedade por ter como objetivo o bem-estar social. As origens de receitas do terceiro setor podem ser oriundas da prestação de serviço, mas também de doações de pessoas físicas e jurídicas, subvenções governamentais e parcerias com empresas privadas (ALVEZ e BONHO, 2019). Apesar do lucro não ser a intenção do terceiro setor, a geração de receita que levam ao superávit é primordial nestas entidades para manter a continuação de suas atividades (OLAK, 1996).

Considerando as origens de suas fontes sendo provenientes de terceiros, como doação, subvenção, convênios e prestação de serviços, a transparência nas demonstrações contábeis e prestação de contas torna-se elemento essencial na continuidade dessas entidades (NASCIMENTO *et al.*, 2020). Zittei *et al.* (2016), evidencia a necessidade de que as organizações do terceiro setor apresentem as informações financeiras e não financeiras como meio de comprovar a transparência da organização aos seus interessados. Nesse contexto, a prática da transparência pode ser compreendida como uma maneira de ampliar a imagem da entidade perante o público, no qual estão inseridos seus doadores e potenciais financiadores, por meio da divulgação de suas atividades e da destinação dos montantes arrecadados, atendendo às expectativas dos investidores e fomentando mais recursos para o atingimento do objetivo social. (TONDOLO *et al.*, 2015).

O disclosure ou evidenciação contábil significa a forma adotada para divulgação de informações contábeis que alcancem diversos tipos de usuários (IUDÍCIBUS e FARIA, 2009). Além do disclosure, outras dimensões da transparência são indispensáveis para a informação das OTS como o compliance, que se refere à conformidade legal da organização, e o accountability, que se refere à prestação de contas da organização. No entanto, esses conceitos não devem ser limitados às práticas contábeis, uma vez que muitas outras informações relevantes podem ser divulgadas almejando a transparência nos processos e decisões da organização. Do ponto de vista contábil, a Interpretação Técnica Geral, ITG 2002, estabelece critérios e procedimentos

específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

Estudos anteriores evidenciam uma deficiência na divulgação de organizações do terceiro setor (NASCIMENTO *et al.*, 2020; SANTANA E AZEVEDO, 2020), e relações com as características econômico-financeiras, como recursos provindos de doação (DOS SANTOS *et al.*, 2017; GANDIA, 2011; SAXTON *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a divulgação contábil das fundações listadas no site do Ministério Público de Minas Gerais, referentes ao exercício de 2019, na ótica da ITG 2002, bem como verificar se existe diferenças entre as áreas de atuação das fundações se existe relação entre o nível de disclosure da fundação e suas características econômico-financeiras.

A pesquisa se justifica pela representatividade das OTS para o desenvolvimento social e econômico no Brasil, ao compreender que essas entidades têm espaço cada vez mais significativo perante a sociedade civil. Trata-se de um setor que tem expandido, o qual necessita de instrumentos eficazes de gestão, a exemplo de uma evidenciação contábil que assegure confiabilidade e credibilidade das informações produzidas pela contabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda uma revisão dos aspectos teóricos usados no desenvolvimento do estudo visando apresentar os conceitos pertinentes ao assunto tratado na pesquisa. O mesmo percorrerá diversos assuntos em se tratando de entidades sem fins lucrativos.

Contexto das entidades sem fins lucrativos

A Constituição Federal em seu artigo 1º, parágrafo único destaca que todo o poder emana do povo e é exercido por esse de forma direta ou indireta por meio de seus representantes eleitos. Nesse contexto tem-se que é de responsabilidade de todo cidadão os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil elencados no artigo 3º, que destacam erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades, bem como promover o bem de todos sem preconceitos (BRASIL, 1988, Art. 3º).

Os objetivos fundamentais têm em sua essência a igualdade social, o que não é de fácil concretização num país com muitas diferenças. A busca por essa igualdade fez com que pessoas se unissem em busca de fazer o bem. De acordo com Alves e Bonho (2019), a igreja foi uma das primeiras entidades a se organizar em busca de fazer o bem e atender às necessidades básicas dos menos favorecidos. A partir disso houve adesão de pessoas que passaram a desenvolver ações em favor de outros, e pessoas de diferentes níveis sociais e políticos. Alves e Bonho (2019) destacam ainda que a partir da década de 1970 houve um movimento político de pessoas que não faziam parte do governo e questionavam as ações desse. A partir desse movimento surgiu o terceiro setor com atuação na área social.

O Estado por diversas razões falha no atendimento aos objetivos fundamentais institu-

idos pela Constituição Federal. Nesse contexto, Paes (2019) ressalta que as entidades do Terceiro Setor, que têm personalidade privada atuam com adjetivos públicos, como os de interesse social, mas sem as limitações e falhas do Estado e as ambições do mercado. Conforme o Código Civil, as pessoas jurídicas no Brasil podem ser de direito público ou privado. As associações e fundações são consideradas, no artigo 44 do referido código, como pessoas jurídicas de direito privado (BRASIL, 2002).

As principais personalidades jurídicas das organizações do terceiro setor são as associações e as fundações. As associações são compostas por grupos de pessoas, os associados, que se unem para um propósito em comum, enquanto as fundações são compostas por uma pessoa física ou jurídica que investe um patrimônio inicial em sua constituição (RESENDE, 2006). As fundações são regidas pelos art. 62 a 69 do Código Civil, elas têm seu foco voltado para o patrimônio, cujos fins são morais, culturais, de assistência ou religiosos, de acordo com a lei. Sua finalidade deve ser permanente. Já as associações são regidas pelos art. 44 e 61, onde são voltadas ao indivíduo sendo livres para determinar sua finalidade que pode ser modificada de acordo com o objetivo dos associados. Dado essa diferença, o patrimônio é uma exigência no momento da constituição das fundações, o que não ocorre com as associações (BRASIL, 2002).

O Ministério Público faz o acompanhamento das atividades da entidade tanto nas fundações como nas associações, porém no caso das fundações, esse controle é mais rígido, existindo a obrigatoriedade anual de remessa de relatórios contábeis e operacionais. Para continuidade das atividades é necessário a prestação de contas fidedignas sobre a gestão dos recursos, pois as entidades do terceiro setor destinam os recursos obtidos para o bem social da sociedade (ALVES e BONHO, 2019).

Evidenciação contábil para as entidades sem fins lucrativos

O terceiro setor, caracterizado pelas instituições sem fins lucrativos, que prestam serviços de cunho social e interesses públicos possuem receitas provindas principalmente de doações, subvenções e contribuições de voluntários (ALVES e BONHO, 2019), mas podem também ser originárias de vendas de bens e serviços e aplicações financeiras (CALAGARE *et al.*, 2011). A sua escrituração contábil precisa seguir as regras vigentes de contabilidade e é preciso comprovar as movimentações através de documentações (ALVES e BONHO, 2019).

Por fazerem ações de interesse público as entidades do terceiro setor devem ter transparência na prestação de contas para os órgãos competentes e devem apresentar a demonstração contábil conforme as práticas vigentes. Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Interpretação técnica ITG 2002 - Entidades sem finalidades de Lucros, cujo objetivo é estabelecer critérios e procedimentos contábeis específicos para o Terceiro setor, consolidando as leis e normas prévias existentes em padrões das normas internacionais de contabilidade (GRAZIOLLI *et al.*, 2015).

A Interpretação Técnica ITG 2002 estabelece os critérios específicos para reconhecimento de subvenções, doações, trabalhos voluntários e gratuidades. As demonstrações contábeis obrigatórias para o terceiro setor são: balanço patrimonial; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade. Na conta de patrimônio líquido, a conta capital é substituída por patrimônio social e as contas de

lucro e prejuízo devem ser substituídas por superávit e déficit, respectivamente (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

As demonstrações devem ser complementadas por notas explicativas, no qual será apresentado o contexto operacional, critérios de apuração das receitas e despesas, as subvenções recebidas e suas responsabilidades e restrições, os recursos restritos e livres e as gratuidades oferecidas, conforme a ITG 2002. Através das notas explicativas é possível compreender a correta entrada e destinação dos recursos financeiros, inclusive para gratuidades e trabalhos voluntários, o que é fundamental para tomada de decisão de pessoas que querem realizar doações (PIZA *et al.*, 2012).

Pesquisas Anteriores

O estudo realizado por Carneiro *et al.* (2011) buscou evidenciar a transparência e a prestação de contas das entidades sem fins lucrativos sob a ótica da accountability e verificou que as entidades atribuem grande importância nas prestações de contas, mas são poucas entidades que divulgam sua prestação de contas à sociedade. Este resultado é advindo de entidades que realizam captação de recursos no Governo Federal e/ou em empresas do segundo setor, de tal forma que executam esta tarefa por obrigação da lei.

Silva *et al.* (2017) estudaram o grau de aderência quanto à adoção do ITG 2002 em suas práticas contábeis de 15 (quinze) templos religiosos do Estado de Pernambuco, escolhidos por critério de conveniência. O estudo apontou que as práticas contábeis adotadas pelas entidades religiosas da amostra, não estão totalmente em conformidade com a ITG 2002 e que apenas 20% das entidades religiosas estudadas elaboram as demonstrações contábeis e divulgam suas informações por meio de notas explicativas, manifestando a falta de transparência para com os doadores de recursos e a comunidade.

Santana e Azevedo (2020) fizeram um estudo sobre a conformidade da evidenciação contábil das Organizações sem Finalidade de Lucros portadoras de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) no estado da Bahia com base no ITG2002. O estudo expôs que o nível de atendimento à ITG 2002, pode ser considerado razoável, 53%, todavia revelou que às áreas de gestão administrativo-financeira das Entidades não priorizam elaborar e divulgar as informações contábeis para uso ou para prestar contas aos diversos usuários. Foi sugerido que a transparência das ações dessas entidades não se constitui como uma prioridade da gestão.

Ribeiro *et al.* (2015) identificaram as práticas contábeis adotadas por entidades de terceiro setor, junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina. Verificou-se que nenhuma das 18 empresas prestadoras de serviços contábeis fez todas as demonstrações exigidas para as entidades do terceiro setor e, em muitos casos, as contabilizações das doações, do trabalho voluntário, dos convênios e das gratuidades, apresentam distorções em relação à norma citada. A pesquisa não apontou os aspectos para a não conformidade, mas apenas a descrição da contabilização destas práticas.

Maciel e Machado (2015) investigaram qualitativamente o nível de evidenciação contábil das demonstrações contábeis obrigatórias na prestação de contas de 11 Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFLs), que operam no Estado de Goiás. O estudo concluiu que as entidades não

atendem adequadamente as normas contábeis na evidenciação de suas demonstrações contábeis obrigatórias, conduzindo uma inadequada evidenciação contábil nas prestações de contas.

Nascimento *et al.* (2020) analisaram o nível de disclosure de entidades do terceiro setor, no estado do Ceará, em relação a 10 itens de divulgação obrigatórias e 10 itens de divulgação voluntária. Os resultados mostraram que o nível de divulgação voluntária, como missão e objetivos das entidades foram mais divulgados (39%) do que os itens de divulgação obrigatórias contidos do ITG 2002 (2%). Zittei *et al.* (2016) realizaram uma avaliação de nível de evidência contábil para o terceiro setor de entidades do Rio Grande do Sul, baseados no Pronunciamento Técnico CPC 26 e na norma NBC T 10.19 e encontraram um disclosure de 10% para os itens específicos destas entidades.

METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo expor os procedimentos utilizados na realização da pesquisa, facilitando a compreensão dos métodos. Para tanto serão apresentadas as seguintes seções: 1) classificação da pesquisa; 2) amostra do estudo; 3) coleta e tratamento de dados.

Classificação

O presente trabalho pode ser classificado como descritivo, no qual utilizou-se o procedimento de pesquisa documental e abordagem qualiquantitativa. (APPOLINÁRIO, 2015). Quanto aos procedimentos adotados foi utilizada uma pesquisa documental, na qual Gil (2018) ressalta que nesse tipo de pesquisa é utilizada uma variedade de documentos elaborados com diversas finalidades. No caso do presente estudo foram analisados os relatórios financeiros de fundações e entidades de interesse social visando identificar os itens de divulgação contábil na ótica da ITG 2002 que caracterizam a transparência dessas entidades.

Amostra do estudo

A amostra de estudo foi extraída no site do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no qual foi considerada a lista de fundações cadastradas no ano de 2021. A lista continha uma população de 643 fundações das áreas de saúde, educação, cultura e assistência social. Para cada fundação foi realizada uma busca na internet onde buscou-se verificar a presença de site próprio. Havendo a presença do site, verificou-se se a entidade possuía o demonstrativo contábil referente ao ano de 2019, foram encontradas 41 fundações que atendem o requisito, tornando-se assim, a amostra de base para a pesquisa.

Coleta e tratamento dos dados

Os dados foram coletados dos demonstrativos disponíveis de 2019, utilizando o balanço patrimonial e as notas explicativas. Para a análise do nível de disclosure utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para verificar a presença de 10 itens de divulgação contábil que estão listados na nota explicativa da ITG 2002 (Tabela 1). Para identificar o porte da entidade foram coletados dados sobre os valores de ativo total, total da receita e resultado (superávit/déficit) e para identificar as origens das receitas dados sobre os valores de receitas de doação, convênios, prestação de serviço, subvenção, e outras receitas. Estes dados foram demonstrados descritiva-

mente pela proporção de entidades observadas para cada variável separadas por áreas de atuação e pela média dos valores encontrados por cada fundação separadas pelas áreas de atuação.

Tabela 1 - Itens do IGT 2002 que foram utilizados para medir o nível de disclosure

Descrição dos itens do ITG 2002
1.Segregação de contas de receita e despesa
2.Contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
3.Critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
4.Relação dos tributos objeto de renúncia fiscal;
5.Subvenções recebidas pela entidade;
6.Aplicação dos recursos de subvenção
7.Responsabilidades decorrentes das subvenções
8.Recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
9.Recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
10.Descrição das gratuidades

Fonte: Adaptado do Conselho Federal de Contabilidade (2015).

O nível de disclosure foi encontrado utilizando números binários na checagem dos 10 itens de divulgação selecionados, sendo que 1 indica a presença e 0 a ausência do item. A porcentagem de itens positivos, calculado pela razão da soma da presença do item pelo total de itens analisados, indica o nível de disclosure. Assim, pode variar de 0% quando não foi registrado nenhum item da lista até 100% se for registrado todos os itens da lista. Para itens relacionados a subvenção e recursos restritos, foi realizada uma busca nos demonstrativos para verificar se a fundação recebeu recurso de subvenção ou recurso de aplicação restrita, tanto nas notas explicativas como no balanço. Para as fundações que não tinham evidências da captação destes recursos os itens relacionados a eles foram excluídos do total de itens analisados, sendo que são 3 itens relacionados a subvenção e 2 itens relacionados ao recurso restrito. Assim, o total de itens para análise de disclosure poderia ser 10, 8 ou 7. Esta técnica já foi utilizada em outros trabalhos e mostrou ser adequada para alcançar os objetivos propostos (NASCIMENTO *et al.*, 2020; KHANNA *et al.*, 2004; MURCIA e SANTOS, 2009).

Para identificar se a melhor divulgação contábil tem relação com o porte da entidade e com a origem dos tipos de receita foi utilizado o teste de correlação de Pearson entre o nível de disclosure de cada entidade e a margem líquida (resultado/receita bruta), a proporção dos tipos de origem de receita sobre a receita bruta, logaritmo do ativo e logaritmo da receita bruta. O coeficiente de correlação de Pearson, “r”, pode variar de 0 a 1 ou -1, sendo que os dados podem ser considerados mais fortemente correlacionados quando o valor de “r” é maior que 0,5 ou menor que -0,5.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo designa transparecer os resultados da pesquisa em consonância com o objetivo geral, a fim de demonstrar a real situação da divulgação contábil do Terceiro Setor. No primeiro momento foi pesquisado a presença de site próprio em uma população de 643 fundações e em seguida a presença do demonstrativo contábil do ano de 2019. Das 643 fundações, 219

(34%) tinham site próprio, 75 (12%) apresentaram algum relatório de transparência e 41 (6%) os demonstrativos contábeis de 2019. A tabela 2 mostra a porcentagem de entidades por área que tinham estes itens. As áreas de educação e pesquisa e saúde foram as que mais possuem sites próprios e demonstrações disponíveis para os usuários externos.

Tabela 2 – Número de fundações (%) para cada item de transparência

Itens de transparência	Assistência Social	Cultura	Educação e pesquisa	Saúde	Total
Site próprio	38 (23%)	21 (14%)	113 (55%)	47 (39%)	219 (34%)
Algum relatório de transparência	12 (7%)	4 (3%)	31(15%)	28 (23%)	75 (12%)
Demonstrativo 2019	7 (4%)	2 (1%)	17 (8%)	15 (13%)	41(6%)
Contagem de Área	163 (100%)	155 (100%)	205 (100%)	120 (100%)	643 (100%)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Com os dados apresentados, pode-se perceber que poucas fundações divulgaram suas demonstrações contábeis em websites próprios. Estudos anteriores haviam relatado que mais de 50% das entidades de suas amostras possuíam website (NASCIMENTO *et al.*, 2020; DOS SANTOS *et al.*, 2017), no entanto, a origem geográfica e de área de atuação das instituições analisadas foram diferentes das utilizadas no presente trabalho.

Tendo em vista o baixo índice de publicação das demonstrações financeiras pelas entidades em seus sítios eletrônicos, a amostra final ficou restrita a 41 fundações. Desta forma, foi feita a utilização de uma lista de itens de divulgação obrigatório baseado na ITG 2002 para permitir a análise quantitativa de seus itens de divulgação, os quais se referem às notas explicativas das demonstrações financeiras, cuja finalidade é esclarecer os dados contidos nas demonstrações contábeis. No total, a média \pm desvio padrão do nível de disclosure de todas as fundações (n=41) foi de $55 \pm 31\%$. Este nível de disclosure foi similar ao encontrado por Santana e Azevedo (2020), que foi de 53% para entidades de assistência social no estado da Bahia. Contudo, outros estudos encontraram níveis mais baixos, como Nascimento *et al.* (2019) que encontraram um nível de disclosure de 2% para itens obrigatórios do ITG para entidades do terceiro setor no estado do Ceará e Zittei *et al.* (2016) encontraram uma porcentagem de 10% de conformidade com itens específicos de divulgação do terceiro setor para entidades no estado do Rio Grande do Sul. A tabela 3 mostra o nível de divulgação contábil de cada item de divulgação por área de atuação das fundações.

Tabela 3 - Porcentagem de fundações que divulgaram cada item analisado do ITG 2002 e a média \pm desvio padrão do nível de disclosure por cada área de atuação.

Item de Divulgação	Saúde	Assistência Social	Cultura	Educação e Pesquisa
1. Segregação de contas de receita e despesa	73%	71%	50%	65%
2. Contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;	87%	71%	100%	76%
3. Critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;	53%	29%	50%	53%
4. Elação dos tributos objeto de renúncia fiscal;	87%	29%	0%	29%
5. Subvenções recebidas pela entidade;	82%	50%	0%	80%
6. Aplicação dos recursos de subvenção	64%	0%	0%	40%
7. Responsabilidades decorrentes das subvenções	64%	50%	0%	40%
8. Recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;	100%	100%	0%	67%
9. Recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;	100%	100%	0%	67%
10. Descrição das gratuidades	40%	29%	0%	35%
Média \pm desvio padrão do nível de disclosure	67\pm33%	47\pm33%	40\pm28%	51\pm29%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Nota-se que em todos os setores, a descrição da segregação de contas de receitas e despesas e o contexto operacional obteve divulgação relevante, mais de 50%. A área de saúde foi a que teve maior porcentagem de fundações que divulgaram esses itens (Tabela 3).

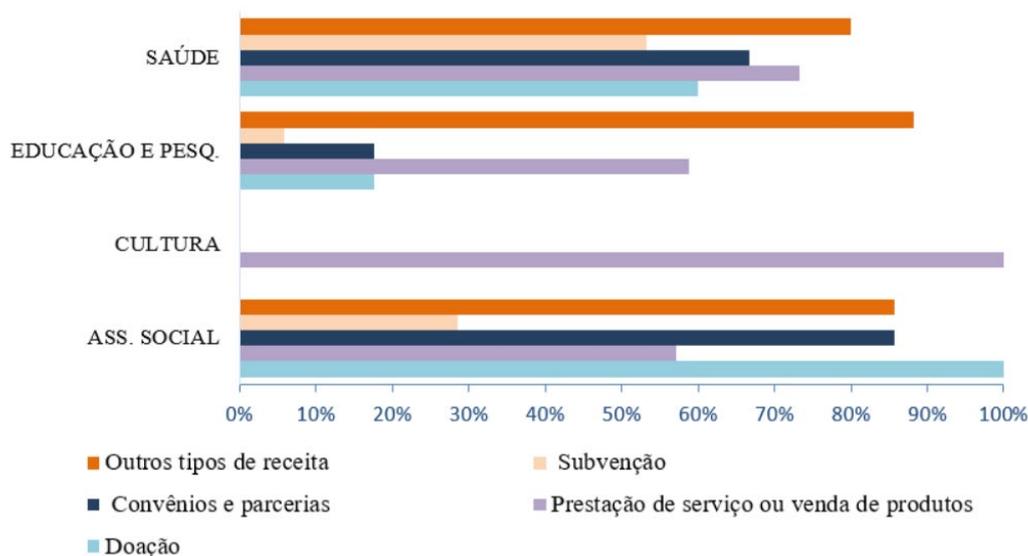
Quanto aos critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos, 50% ou mais entidades de educação, saúde e educação e pesquisa descreveram este item. No total 18 fundações citaram o item subvenção nas notas explicativas ou tinha valores de receita de subvenção no balanço, sendo 2 fundações de assistência social, 5 de educação e pesquisa e 11 de saúde. Das fundações que citaram a subvenção, 80% ou mais fundações nas áreas de saúde e educação e pesquisa descreveram as subvenções recebidas nas notas explicativas, mas a porcentagem de fundações que divulgaram a aplicação e as responsabilidades decorrentes desta subvenção foram menores tanto na área de saúde como na área de educação e pesquisa. Quando a divulgação de recursos restritos, 6 fundações descreveram sobre ela nas notas explicativas, sendo 1 de assistência social, 3 de educação e pesquisa e 2 de saúde. As áreas de assistência social e saúde evidenciaram corretamente os itens do ITG quanto ao recurso de aplicação restrita, mas na área de educação e pesquisa a proporção de fundações que divulgaram foi menor (67%) (Tabela 3).

As médias totais dos setores foram obtidas pelo cálculo da média do disclosure de cada entidade, evidenciando que as que apresentaram melhores índices percentuais de divulgação foram às áreas da saúde (67%), seguido por educação e pesquisa (51%) e assistência social (47%). Boa parte das fundações pertencentes a esses setores disponibilizaram em seus demonstrativos as explicações sobre uma quantidade significativa dos itens analisados. Os dados demonstram também que as fundações do setor da cultura evidenciaram apenas 3 itens de divulgação, no entanto, para este setor foram analisados apenas dois demonstrativos (Tabela 3).

Com relação às receitas, as entidades podem receber doações de várias fontes: empresas, fundações, indivíduos e grupos comunitários. Os recursos também podem ser resultado de uma variedade de atividades, incluindo a apresentação de propostas de financiamento, eventos e verbas governamentais. Zittei *et al.* (2016) destaca a necessidade de as entidades do Setor apresentarem as informações financeiras e não financeiras para comprovarem a transparência da organização aos seus interessados.

Em consonância com o as disposições da ITG 2002(R1), na pesquisa efetuada foram analisadas as seguintes fontes de receitas: receita de doação, receita de prestação de serviço ou venda de produtos, receitas subvenção, receitas de convênios e parcerias e outros tipos de receitas. O conceito de “receita” é bastante amplo e pode ser fixado de acordo com a natureza da entidade a que se aplica. Assim, entende-se por receita todo fato que produza um acréscimo ao patrimônio da entidade, decorrente do exercício de suas atividades, também podendo ser entendida como todo o ingresso de recursos que proporcionem um acréscimo ao patrimônio da entidade, decorrente do exercício de sua atividade. Neste trabalho, foi observado que 100% das fundações de assistência social e 60% das fundações da área de saúde captaram recurso de doação em 2019. Na área de educação e pesquisa, apenas 18% das fundações tiveram essa captação de receita (Gráfico 1). A captação de receita por prestação de serviço destaca-se em todas as áreas, sendo que a maioria das fundações obtém esse tipo de receita. As subvenções, que são captações de recursos em parcerias com o governo foram realizadas por 53% das fundações de saúde, 29% de assistência social e 9% de educação e pesquisa. Os outros tipos de receita tiveram destaque em todas as áreas de atuação das fundações e estas estão relacionados a receitas provindas de aplicações financeiras e vendas de ativos, por exemplo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Porcentagem de fundações que captaram cada tipo receita.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

As análises das receitas mostraram que as fundações com maiores portes (maiores valores de receita bruta) são as da área de educação, seguida pela saúde, cultura e assistência social (Tabela 4). Em relação à média dos valores de receita captados pelas fundações, separados pela sua origem, foi observado que apesar da representatividade de fundações que captam recurso de doação, esta origem de receita representa em média 16% da receita bruta das fundações de assistência social, 2% da receita bruta da área de saúde e menos de 1% para área de educação e pesquisa. A receita de prestação de serviço/venda produtos contribuiu com mais de

50% da receita bruta nas áreas da saúde, cultura e educação. Já para fundações de assistência social, as receitas de convênios tiveram uma maior representatividade, sendo responsável por 74% da receita bruta. A receita de subvenção teve maior destaque nas áreas de saúde e assistência social, representando 3% e 4% da receita bruta, respectivamente (Tabela 4).

As análises das receitas mostraram que as fundações com maiores portes (maiores valores de receita bruta) são as da área de educação, seguida pela saúde, cultura e assistência social (Tabela 4). Em relação à média dos valores de receita captados pelas fundações, separados pela sua origem, foi observado que apesar da representatividade de fundações que captam recurso de doação, esta origem de receita representa em média 16% da receita bruta das fundações de assistência social, 2% da receita bruta da área de saúde e menos de 1% para área de educação e pesquisa. A receita de prestação de serviço/venda produtos contribuiu com mais de 50% da receita bruta nas áreas da saúde, cultura e educação, já para fundações de assistência social, as receitas de convênios tiveram uma maior representatividade. A receita de subvenção teve maior destaque nas áreas de saúde e assistência social (Tabela 4).

De acordo com Olak (1996), no âmbito do terceiro setor, embora o lucro não seja a razão de ser dessas entidades, ele é um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais, dito isso, pode-se observar que o setor de saúde apresenta o maior indicador de margem líquida, uma vez que também apresentou maior superávit. Estes resultados indicam que as entidades do setor estão conseguindo gerir os seus recursos de maneira a não ter déficits, apesar de que para algumas foi identificado o resultado negativo, em todos os setores.

Por fim, buscou-se identificar se existe correlação entre o nível de disclosure com as variáveis que caracterizam as entidades, tais como o porte, desempenho econômico e origem da receita da entidade, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 4 - Média dos valores de receita (% da receita bruta), ativo total, resultado e margem líquida das fundações

Dados Financeiros	Saúde	Assistência Social	Cultura	Educação e Pesquisa
Receita bruta	79.972.200	8.265.887	18.380.624	92.535.689
Receita doação	1.652.940 (2%)	1.287.472 (16%)		232.456 (0,25%)
Receita de prestação de serviço	47.434.037 (59%)	71.988 (1%)	18.380.583 (100%)	60.263.184 (65%)
Receita subvenção	2.318.217 (3%)	333.695 (4%)		28.257 (0,03%)
Receita de convênios e parcerias	23.513.058 (29%)	6.105.987 (74%)		163.366 (0,18%)
Outros tipos de receita	5.053.947 (6%)	466.742 (6%)	40	31.848.424 (34%)
Ativo total	81.167.873	4.600.881	26.053.198	223.705.328
Resultado (superávit)	3.666.391	166.531	0,00	2.218.631
Resultado (déficits)	767.241	17.69	1.532.323	48.282
Margem líquida	0,04	0,02	-0,08	0,02

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Não foi observado correlação entre o nível de disclosure e as variáveis que indicam o porte ou origem das receitas das entidades, pois os valores do coeficiente da correlação de Pearson foram abaixo de 0,5. No entanto, observou-se uma tendência para relação positiva entre o disclosure e a proporção de receita de convênios recebida (Tabela 5). Os resultados corroboram estudos anteriores quanto à falta de relação entre porte da entidade, mensurada pela sua receita e ativo, e o nível de disclosure (DOS SANTOS *et al.*, 2017). No entanto, diferente do esperado e como já observado em instituições do terceiro setor (DOS SANTOS *et al.*, 2017; GANDIA, 2011; SAXTON *et al.*, 2012), a proporção de receita recebida por doação de cada entidade não estava positivamente relacionada a sua transparência nas demonstrações contábeis. Estudos anteriores que avaliaram as características da empresa com o nível de transparência (DOS SANTOS *et al.*, 2017; GANDIA, 2011; SAXTON *et al.*, 2012) não consideraram a receita de subvenção, contudo, como este recurso é de origem pública, era esperado uma relação positiva entre este tipo de receita e a maior transparência da entidade, o que também não foi observado nas amostras analisadas.

Tabela 5- Análise de correlação de Pearson entre o nível de disclosure e as variáveis econômicas-financeiras.

Variáveis	Valores do coeficiente de correlação (r)
Receita doação/receita bruta	0,07
Receita prestação serviço/receita bruta	-0,09
Receita subvenção/receita bruta	-0,1
Receita convênios /receita bruta	0,40
Outros tipos de receita/receita bruta	-0,27
Log do ativo	0,00
Log receita bruta	0,03

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo avaliar o nível de disclosure e sua relação com características econômico-financeiras das fundações da área de saúde, educação e pesquisa, cultura e assistência social de Minas Gerais, listadas no site do Ministério Público. Foram procurados websites e demonstrações contábeis de 2019 de 643 fundações. Os resultados mostraram que 219 (34%) fundações tinham site próprio e apenas 41 (6%) os demonstrativos contábeis de 2019. O nível de disclosure médio obtido por uma lista de itens contidos no ITG 2002 foi de 55%. As áreas de saúde e educação foram as que mais tiveram suas demonstrações publicadas nos sites e um maior nível de disclosure.

Da mesma forma, as áreas de saúde e educação foram as que tiveram os maiores valores de receita bruta e ativo total, indicando que eram as de maior porte. A proporção de fundações de saúde e assistência social que recebem receitas de doação é relevante. As áreas de saúde e assistência social destacam-se pela maior porcentagem de fundações que recebem recursos de doação e subvenção, sendo que mais de 50% das fundações de saúde captam recursos de subvenção e 100% das fundações de assistência social captam receitas de doação. No entanto, a contribuição monetária para receita bruta é maior nas origens de receita de prestação de serviço e convênios e parcerias para todas as áreas. Os dados analisados não mostraram

uma correlação direta entre o nível de disclosure da fundação e suas características econômicas-financeiras, como porte da entidade e valores das origens das receitas. No entanto, apesar de não existir uma relação direta entre as variáveis, a área de saúde e educação, que possuem maior nível de disclosure são as que possuem maior porte em relação a receita bruta. Na área de saúde ainda, que possui o maior nível de disclosure, destaca-se o maior número de fundações que captam recurso por subvenção. Desta maneira, essas variáveis podem estar relacionadas e um estudo com maior número de amostras pode comprovar essa hipótese.

Os resultados da pesquisa revelam que as fundações cadastradas no Ministério Público de Minas Gerais possuem baixa divulgação de suas atividades em websites próprios, mas o nível de disclosure das que publicam é mediano (55%) quanto aos itens obrigatórios do ITG2002. O nível de transparência das fundações pode estar relacionado a área de atuação da fundação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; BONHO, Fabiana Tramontin. Contabilidade do Terceiro Setor. Porto Alegre: Sagah Educação, 2019.

APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. LEI N o 10.406, de 10 de janeiro 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 13 mar. 2021

CALEGARE, Leandra; MENEGHETTI, Antônio; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. As entidades de interesse social e a prestação de contas. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade, 2011, Recanto Maestro-RS. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/download/15/14>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CARNEIRO, A. F., OLIVEIRA, D. V., TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 6(2), 2011.

COELHO, Simone de Castro Tavares; Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 3ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. Resolução CFC nº 1.409 de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. Resolução CFC nº 2.015/ITG2002(R1).

DOS SANTOS, Carla Macedo Velloso; OHAYON, Pierre; MARVILA PIMENTA, Márcio. Disclosure via Website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. Advances in Scientific & Applied Accounting, v. 10, n. 1, 2017.

GANDIA, Juan L. Internet disclosure by nonprofit organizations: Empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, v. 40, n. 1, p. 57-78, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRAZZIOLI, Airton. *et al.* Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social - Brasília: CFC : FBC 2015. Disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

IUDÍCIBUS, S., MARION, J. C. & FARIA, A. C. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. (5a ed). São Paulo: Atlas, 2009.

KHANNA, Tarun; PALEPU, Krishna G; SRINIVASAN, Suraj. Disclosure Practices of Foreign Companies Interacting with U.S. Markets *Journal of Accounting Research*, U.S.A, v. 42 n. 2, p.475-508, 2004.

MACIEL, Feliciano Celso; DE SOUZA MACHADO, Lúcio. Atendimento da ITG 2002 por entidades goianas do terceiro setor: um recorte nas demonstrações financeiras de 2013. *Revista da FAE*, v. 18, n. 2, p. 124-143, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/terceiro-setor/apresentacao/apresentacao.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 3, n. 2, art. 4, p. 72-95, 2009.

NASCIMENTO, Roberto Sérgio do; RABELO, Mirela Márjorie Silva; VIOTTO, Ricardo. O nível de disclosure em Organizações do Terceiro Setor (OTS) no Estado do Ceará. *Revista Ambiente Contábil*, v. 12, n. 1, p. 234-254, Natal-RN, 2020.

OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PIZA, S. C. de T., PARISI, C., MEGLIORINI, E. & GALLO, M. F. A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 78-97, 2012.

RESENDE, T. A. Roteiro do Terceiro Setor. Associações e Fundações: o que são como instituir e prestar contas. 3ª ed. Belo Horizonte: Prax, 2006.

RIBEIRO, C. A.; KIAN, C.; LOPES, J. F. P.; CRUZ, C. V. O. A.; SLOMSKI, V. Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: análise empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina. *Revista de Estudos Contábeis*, Londrina, v. 6, n 11, p. 81-100, 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTANA, Acmar Feliz dos Santos de; AZEVEDO, Tânia Cristina. Evidenciação contábil das entidades sem fins lucrativos de assistência social em Feira de Santana (BA): abordagem à luz das normas brasileiras de contabilidade. Revista Ambiente Contábil, v. 12, n. 1, p. 171-191, Natal-RN, 2020.

SAXTON, Gregory D.; KUO, Jenn-Shyong; HO, Yi-Cheng. The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations. Nonprofit and voluntary sector quarterly, v. 41, n. 6, p. 1051-1071, 2012.

SILVA, P. K. F.; CORREIA, J. J. A.; LIMA, A. C. S.; SILVA, F. E. A.; MIRANDA, L. C. Práticas Contábeis Adotadas por Entidades do Terceiro Setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da ITG 2002. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 5, n. 3, p. 123-139, 2017.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012.

TONDOLO, Rosana R. P.; TONDOLO, Vilmar A. G.; CAMARGO, M. E.; SARQUIS, A. B. Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração. XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade de Caxias do Sul (UCS), Rio Grande do Sul, 27 e 28 de novembro de 2015. ISSN 2357-9706. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/>. Acesso em: 11 mai. 2021.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. Administração Pública e Gestão Social, v. 1, n. 2, p. 85-94, 2016.

Índice Remissivo

A

adaptação 38, 39, 40, 41, 48, 51, 52, 62, 70, 79, 114, 126
agricultura familiar 150, 151, 152, 155, 156, 159, 160, 162
agronegócio 149, 150, 151, 152, 153, 159, 160
atividades econômicas 40, 158

B

Belo Horizonte 20, 36, 54, 73, 119, 131, 146, 149, 150, 151, 155, 156, 160, 182, 185
Bloom 165, 167, 169, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185
Brasil 3, 10, 11, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 35, 36, 40, 41, 42, 52, 53, 59, 61, 69, 76, 77, 78, 83, 84, 86, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 110, 111, 114, 115, 135, 140, 146, 147, 153, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 183, 189, 190

C

certificações 164, 166, 167, 171, 178, 181
clubes de futebol 75, 76, 77, 78, 79, 81, 89, 90, 91, 92, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148
Club World Ranking 133, 134, 140, 147
CNPC 10, 11, 13, 14, 16, 19, 172
competências 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 94, 106, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 125, 126, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200
contábeis 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 34, 36, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72, 73, 77, 80, 87, 90, 91, 97, 110, 119, 122, 128, 134, 145, 150, 155, 164, 166, 172, 179, 180, 181, 182, 195
contábil 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 79, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 140, 145, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 207
contabilidade 10, 12, 19, 25, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 71, 72, 73, 77, 97, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 128, 129, 138, 166, 168, 172, 179,

182, 183, 184, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 200
contador 10, 11, 12, 14, 40, 43, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 63,
64, 65, 70, 114, 117, 122, 124, 125, 126, 128, 131,
166, 168, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196,
197, 198, 199
contadores 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 41, 48, 56, 70, 98,
119, 122, 124, 125, 129, 166, 167, 168, 171, 172,
177, 183, 185, 190, 191
controller 130, 188, 190, 191, 198
cooperativa 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157,
158, 159, 160

D

demonstrações contábeis 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 34,
41, 45, 77, 80, 87, 90, 91, 134
desempenho 21, 33, 49, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 84,
85, 86, 87, 88, 89, 90, 125, 134, 137, 138, 139, 140,
141, 146, 147, 148, 166, 167, 169, 171, 182, 185,
186
didáticas 58
disclosure 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36,
37, 79, 91, 92, 143, 146

E

econômicas 23, 24, 34, 35, 40, 41, 44, 64, 92, 136, 137,
158, 178, 179
econômico-financeiras 22, 23, 25, 34, 135
educação 23, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 94, 95, 96,
97, 98, 99, 100, 106, 107, 109, 110, 111, 117, 162,
171, 172, 183
educação fiscal 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 109
eficiência 60, 68, 70, 76, 79, 87, 91, 96, 132, 133, 134,
135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144,
145, 146, 147, 148, 156
empregatícia 112
Enade 165, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 180, 181, 185
ensino 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 71, 73, 95, 97, 98,
99, 103, 109, 110, 111, 113, 117, 118, 121, 124, 125,
129, 151, 166, 167, 168, 169, 171, 183, 184, 185,
189, 192
entidades 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,
34, 35, 36, 37, 59, 75, 76, 77, 84, 90, 94, 108, 134,
136, 139, 152, 154, 157, 159, 169
entrevistas 44, 99, 100, 113, 115, 116, 119, 127, 128, 150,
188, 189, 191, 198
EQT 10, 14, 15, 19, 172, 176, 183
escritórios 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50,
51, 52, 53, 54, 66, 97, 191

escritórios de contabilidade 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 66, 97, 191
exame 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 59, 60, 61, 119, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183

F

fiscal 29, 31, 40, 49, 50, 65, 71, 78, 83, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 118, 135, 155, 173, 191
fundações 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37

G

gestão 3, 25, 26, 27, 36, 42, 43, 53, 54, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 126, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 147, 160, 161, 162, 180, 185, 190, 191, 192
governança 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 136, 173, 194
governança corporativa 74, 76, 78, 79, 80, 89, 92, 173, 194
governo 25, 32, 39, 40, 43, 49, 52, 97, 136, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 160, 189

H

habilidades 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 94, 96, 106, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 136, 165, 166, 167, 168, 171, 175, 181, 185, 189, 190, 198, 200
home office 40, 41, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 58, 65, 71, 103

I

IES 61, 62, 64, 94, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 116, 117, 172
incentivo 120, 150, 151
informação 24, 40, 41, 42, 51, 54, 64, 78, 94, 95, 104, 107, 116, 119, 145, 151, 169, 176, 177, 180, 185, 190

J

jovem 112, 113, 114, 115, 116, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
jurídicas 24, 26, 77, 97, 154, 157, 158, 161

M

mercado 11, 24, 26, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 78, 96, 97, 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 151, 152, 153, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 198

mercado de trabalho 11, 56, 62, 66, 70, 71, 72, 73, 96, 97, 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 166, 168, 181, 183, 184, 188, 198

Minas Gerais 2, 22, 23, 25, 28, 34, 35, 56, 63, 64, 100, 102, 103, 104, 108, 119, 156, 159, 169, 185, 189, 207

N

NBC 14, 15, 19, 20, 28, 60, 61, 63, 68, 69, 71, 72, 77, 92
núcleo de apoio 93, 94, 110

O

organizações 24, 25, 26, 35, 37, 40, 43, 44, 114, 120, 122, 135, 136, 139, 159, 166, 168, 173, 176, 189, 190

P

pandemia 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 63, 94, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 155, 156, 160

perfil profissional 57, 71, 172, 189

perícia 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 126, 180, 191, 192

perícia contábil 10, 12, 14, 20, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 192

peritos 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 59, 61, 70, 73, 191

peritos contábeis 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 59, 61

perspectiva 40, 51, 60, 61, 78, 92, 94, 95, 99, 100, 104, 112, 134, 135, 136, 139, 145, 182, 185, 187

peças 11, 12, 24, 25, 26, 27, 41, 42, 51, 59, 94, 95, 96, 97, 100, 104, 107, 108, 120, 125, 126, 129, 154, 157, 158, 161, 173, 180, 190, 194, 198, 199

peças jurídicas 24, 26, 154, 157, 158, 161

processo 11, 38, 39, 41, 50, 51, 60, 62, 70, 73, 78, 100, 114, 115, 125, 126, 134, 152, 167, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 184, 185

profissionais 10, 11, 12, 13, 18, 19, 21, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 96, 97, 98, 109, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200

profissional 10, 11, 14, 15, 18, 19, 20, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 91, 94, 97, 99, 105, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 147, 148, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 198, 199, 207

projeto pedagógico 57, 71, 119

Q

qualificação 9, 10, 14, 19, 43, 114, 117, 123, 125, 126, 167, 169, 171, 175, 182

qualificação técnica 9, 10, 14, 19, 175, 182

R

responsabilidade 3, 25, 60, 61, 68, 71, 78, 96, 125, 127, 128, 135, 190

S

saúde 23, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 42, 43, 52, 53, 77, 96, 157

serviço 24, 28, 32, 33, 34, 50, 52, 61, 99, 102, 104, 154

sistema 3, 40, 41, 45, 48, 50, 51, 70, 95, 156, 176

sociais 12, 19, 24, 25, 29, 31, 40, 41, 44, 59, 63, 64, 69, 71, 76, 80, 83, 96, 153, 154, 166, 178, 179, 180, 184, 189, 194, 199

social 10, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 57, 61, 63, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 118, 126, 128, 136, 146, 153, 155, 157, 160, 161, 180, 189

sociedade 10, 19, 24, 25, 26, 27, 40, 41, 54, 58, 61, 71, 76, 77, 78, 95, 98, 99, 107, 108, 109, 110, 136, 151, 152, 153, 166, 172, 180, 194, 199

stakeholders 75, 78, 133, 134, 136, 139, 146, 148, 197

T

tecnológico 70, 113, 114, 126, 166

teoria institucional 133

terceiro setor 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 36, 37

transparência 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 35, 60, 73, 75, 76, 77, 78, 81, 96, 136

tributária 40, 49, 65, 71, 94, 95, 97, 105, 106, 107, 109, 117, 118, 126, 150, 153, 157, 159, 160, 161, 163, 182, 191, 192

tributos 24, 29, 31, 49, 82, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 154, 157, 159

U

universitário 112, 115, 128

Organizadora



Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutoranda e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Ambiental de Empresas EAD/AVM. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Administração pela PUC Minas. Possui experiência profissional em Auditoria Independente, atua e pesquisa nas áreas de Contabilidade Societária e IFRS, Auditoria Contábil, Gestão Ambiental e Finanças Sustentáveis. É Professora de graduação das disciplinas do eixo contábil, da Introdutória até Avançada, Auditoria e Pesquisa, e atua como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, na PUC Minas.

CurrículoLattes: <http://lattes.cnpq.br/9367117068866327>

